

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Elfe Operação e Manutenção S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Elfe Operação e Manutenção S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elfe Operação e Manutenção S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas intragrupo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 09 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.010	5.952	Fornecedores	13	34.656	35.731
Contas a receber	5	49.708	40.480	Empréstimos e debêntures	14	19.334	424
Garantias contratuais	6	16.164	21.447	Pessoal e encargos sociais a pagar	15	36.904	42.633
Tributos a recuperar	7	38.980	67.145	Tributos e parcelamentos a pagar	16	41.130	44.412
Adiantamentos diversos	8	772	1.939	Arrendamentos	17	2.416	-
Outros Ativos	-	611	577			134.440	123.200
Créditos com partes relacionadas	9	40.053	-	Não circulante			
		149.298	137.540	Empréstimos e debêntures	14	16.875	5.000
Não circulante				Provisões para contingências	18	3.405	2.005
Depósitos judiciais	16	3.185	1.862	Partes Relacionadas	9	16.817	63.546
Partes Relacionadas	9	64.265	122.210	Tributos e parcelamentos a pagar	16	16.311	17.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	11.754	3.841	Arrendamentos	17	263	-
Outros Ativos	-	73	16			53.671	87.870
Imobilizado	10	15.063	16.302	Patrimônio líquido			
Intangível	11	4.780	4.800	Capital social	19	58.000	58.000
Direito de uso	12	2.609	-	Reservas de lucros	-	4.916	17.501
		101.729	149.031			62.916	75.501
Total do ativo		251.027	286.571	Total do passivo e patrimônio líquido		251.027	286.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida	20	280.740	309.606
Custos dos serviços prestados	21	(267.505)	(276.981)
Lucro bruto		13.235	32.625
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(24.245)	(18.482)
Outras receitas e (despesas), líquidas	-	347	(4.246)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(10.663)	9.897
Resultado financeiro	23	(12.500)	(13.539)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contrib. Social		(23.163)	(3.642)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	7	2.664	812
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7	7.914	-
Prejuízo do exercício		(12.585)	(2.830)
Prejuízo por ação - básico e diluído em R\$	24	(0,22)	(0,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(12.585)</u>	<u>(2.830)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(12.585)</u></u>	<u><u>(2.830)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.000	1.440	18.891	78.331
Prejuízo do exercício	-	-	(2.830)	(2.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	58.000	1.440	16.061	75.501
Prejuízo do exercício	-	-	(12.585)	(12.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>58.000</u>	<u>1.440</u>	<u>3.476</u>	<u>62.916</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.585)	(2.830)
Ajustes no prejuízo do exercício:		
Depreciação e amortização	5.013	16.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.913)	843
Provisões para contingências	1.400	(1.500)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	(347)	(165)
Apropriação de juros e encargos financeiros	215	7
(Prejuízo)/lucro líquido ajustado	<u>(14.217)</u>	<u>12.508</u>
Aumento líquido/(redução) de ativos:		
Contas a receber	(9.228)	11.260
Garantias contratuais	5.283	(5.510)
Tributos a recuperar	28.165	(17.284)
Adiantamentos diversos	1.167	(466)
Depósitos judiciais	(1.323)	(139)
Outros ativos	(90)	(311)
Aumento líquido/(redução) de passivos:		
Fornecedores	(1.075)	1.242
Pessoal e encargos sociais a pagar	(5.729)	7.428
Tributos e parcelamentos a pagar	(4.290)	24.592
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(1.337)</u>	<u>33.320</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.325)	(1.857)
Venda de ativo imobilizado	347	3.630
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(1.978)</u>	<u>1.773</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	39.690	5.000
Amortização de empréstimos	(8.897)	(122)
Arrendamentos	(1.583)	-
Varição com partes relacionadas	(28.837)	(34.124)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>373</u>	<u>(29.246)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.942)</u>	<u>5.847</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.952	105
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.010	5.952
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.942)</u>	<u>5.847</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Elfe Operação e Manutenção S.A. (" Companhia") foi constituída em 13 de abril de 1994 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A sede da Companhia está localizada na Rua Pedro Hage Jahara, nº 400 - Macaé - RJ, com escritórios regionais em vários estados do Brasil e bases operacionais localizadas em pontos estratégicos.

A Companhia tem como principais serviços (ii) manutenção de unidades industriais, refinarias, unidades de E&P (onshore e offshore), dutos e (ii) gestão de infraestrutura predial (limpeza e conservação) e manutenção de áreas verdes (facilities).

O detalhamento do portfólio de serviços está disponível no sítio da Companhia na internet no endereço www.elfe.com.br.

A Companhia é controlada diretamente pela ETS Participações e Investimentos S.A.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

- a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em 21 de junho de 2019 a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis e o consequente envio à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação e aprovação.

- b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

- c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e. Determinação do valor justo

A preparação das demonstrações contábeis requer a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas de cada ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, existe o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso haja a intenção e a capacidade de manter títulos de crédito até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

Os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na emissão e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(vii) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia era constituído por ações integralmente realizadas.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment"), acumuladas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente.

c. Direito de Uso e Arrendamentos

A Companhia adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019, considerando os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo e benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia independente da forma jurídica dada ao contrato.

Na data da adoção inicial a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019 sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo de arrendamento mercantil para os compromissos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi de 13,80% a.a., em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. O valor do ajuste ao valor presente é apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício.

d. Ativos intangíveis e Ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo intangível é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Mensurações subsequentes

O ágio é medido pelo custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização.

(iii) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Programas e aplicativos: 3 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente.

e. Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

f. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e locação de bens no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

i. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% ou 1,65% para o PIS e 3,00% ou 7,60% para a COFINS;

- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas entre 2% e 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB): incidência de 4,5% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente juros e atualização monetária, eventuais multas em atrasos de recebimento, encargos relacionados à contratação dos empréstimos e rendimentos sobre aplicações financeiras.

k. Custos dos produtos e serviços prestados

O custo dos produtos e serviços vendidos contemplam de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a prestação de serviços, sendo compostos basicamente por:

- Pessoal: salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a prestação do serviço;
- Materiais: referem-se substancialmente aos materiais aplicados na prestação de serviços;
- Serviços de terceiros: empresas contratadas para apoio ou desenvolvimento do contrato de prestação de serviço.

l. Tributos sobre o lucro

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) incidentes sobre o lucro do exercício são calculados com base nas seguintes alíquotas:

- IRPJ: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000;
- CSLL: 9% sobre o lucro tributável.

As compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores estão limitadas a 30% do lucro real do exercício corrente.

m. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS ainda não adotados

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Empresa não será afetada por essas alterações na data de transição.

▪ Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.

Não há outras novas normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	3.010	5.952
	<u>3.010</u>	<u>5.952</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo.

5. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Por tipo de cliente		
Economia mista	20.849	27.179
Privado	29.542	13.332
Outros	1.648	2.300
	<u>52.039</u>	<u>42.811</u>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.331)	(2.331)
	<u>49.708</u>	<u>40.480</u>

A Administração da Companhia realiza análise individual de cada cliente para identificar a necessidade de constituição de perdas estimadas para créditos. Esse estudo é realizado com base nas informações de mercado em conjunto com a posição do cliente de forma a exercer um julgamento adequado dos saldos eventualmente incobráveis.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
A vencer	47.854	38.150
Vencidos até 30 dias	781	1.773
Vencidos de 31 dias até 60 dias	569	146
Vencidos de 61 dias até 180/ dias	191	21
Vencidos de 181 dias até 360 dias	302	255
Vencidos acima de 360 dias	2.342	2.466
	<u>52.039</u>	<u>42.811</u>

6. Garantias contratuais

Tipo de cliente	Retenção até 5%	2019	2018
Economia mista		16.164	21.447
		<u>16.164</u>	<u>21.447</u>

O saldo dessa rubrica refere-se ao valor original de retenções ocorridas sobre as notas fiscais emitidas de contratos de prestação de serviços, especialmente com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado.

Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais. Os contratos sujeitos às referidas retenções têm previsão de conclusão ao longo do exercício de 2020.

7. Tributos a recuperar

	2019	2018
Créditos por retenção na fonte (a)	5.974	4.780
Créditos tributários a compensar (b)	32.346	61.698
Créditos sobre insumos	660	667
	<u>38.980</u>	<u>67.145</u>

- (a) PIS, COFINS, CSLL, IRRF e INSS retidos na fonte sobre o faturamento de serviços prestados para entidades públicas e privadas, de acordo com a legislação tributária vigente;
- (b) Saldo credor de tributos apurados em cada período fiscal (mensal ou trimestral), sendo principalmente de natureza previdenciária e saldos negativos de IRPJ e CSLL, cuja compensação ocorrerá em períodos posteriores.

	2019	2018
Ativo fiscal diferido	11.754	3.841
	<u>11.754</u>	<u>3.841</u>

O ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal e efetiva do imposto sobre a renda e da contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(23.163)	(3.642)
Alíquota nominal	34%	34%
Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota nominal	7.875	1.239
Ajustes permanentes		
Adições	(610)	(427)
Baixas passivos exercícios anteriores	3.313	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	<u>10.578</u>	<u>812</u>
Corrente	2.664	812
Diferido	7.914	-
Alíquota efetiva	<u>46%</u>	<u>22%</u>

8. Adiantamentos diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a empregados	619	190
Adiantamentos a fornecedores	153	1.749
	<u>772</u>	<u>1.939</u>

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Metalfort Manutenção Comercio e Serviços Ltda.	6.187	5.257
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda.	6.046	2.160
HTM - Trade Marketing e Serviço Eireli	1.106	3.110
ETS Participações e Investimentos S.A.	86.352	17.397
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Ltda.	181	181
Mais Gestão & Locação de Veículos S.A.	-	14.500
Hope Recursos Humanos S.A.	-	77.658
Outros	4.446	1.947
	<u>104.318</u>	<u>122.210</u>
Circulante	40.053	-
Não circulante	64.265	122.210
Passivo		
ETS Participações e Investimentos S.A.	10.863	23.477
HTM - Trade Marketing e Serviço Eireli	2.361	2.415
Hope Recursos Humanos S.A.	-	35.413
Outros	3.593	2.241
Não circulante	<u>16.817</u>	<u>63.546</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado		
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda.	2.162	279
HTM - Trade Marketing e Serviço Eireli	4.533	1.332
Avit Gestão S.A.	171	(114)
	<u>6.866</u>	<u>1.497</u>

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo de aquisição					
Veículos		3.697	19	(186)	3.530
Máquinas e equipamentos		27.849	1.925	-	29.774
Equipamentos de informática		2.169	319	-	2.488
Móveis e utensílios		1.162	30	-	1.192
Instalações		2.204	-	-	2.204
Equipamentos de telefonia		267	23	-	290
Benfeitorias		908	-	-	908
		<u>38.256</u>	<u>2.316</u>	<u>(186)</u>	<u>40.386</u>
Depreciação acumulada					
Veículos	20	(3.682)	(15)	186	(3.512)
Máquinas e equipamentos	10	(14.325)	(2.778)	-	(17.103)
Equipamentos de informática	20	(1.671)	(210)	-	(1.881)
Móveis e utensílios	10	(593)	(112)	-	(705)
Instalações	10	(1.075)	(222)	-	(1.297)
Equipamentos de telefonia	20	(184)	(36)	-	(220)
Benfeitorias	-	(424)	(182)	-	(605)
		<u>(21.954)</u>	<u>(3.555)</u>	<u>186</u>	<u>(25.323)</u>
Imobilizado líquido		<u>16.302</u>	<u>(1.239)</u>	<u>-</u>	<u>15.063</u>

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo de aquisição					
Veículos		3.954	-	(257)	3.697
Máquinas e equipamentos		47.775	1.758	(21.684)	27.849
Equipamentos de informática		2.125	44	-	2.169
Móveis e utensílios		1.140	22	-	1.162
Instalações		2.202	2	-	2.204
Equipamentos de telefonia		245	22	-	267
Benfeitorias		908	-	-	908
		<u>58.349</u>	<u>1.848</u>	<u>(21.941)</u>	<u>38.256</u>
Depreciação acumulada					
Veículos	20	(3.841)	(98)	257	(3.682)
Máquinas e equipamentos	10	(18.118)	(14.426)	18.219	(14.325)
Equipamentos de informática	20	(1.468)	(203)	-	(1.671)
Móveis e utensílios	10	(480)	(113)	-	(593)
Instalações	10	(853)	(222)	-	(1.075)
Equipamentos de telefonia	20	(147)	(37)	-	(184)
Benfeitorias	-	(242)	(182)	-	(424)
		<u>(25.149)</u>	<u>(15.281)</u>	<u>18.476</u>	<u>(21.954)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>33.200</u></u>	<u><u>(13.433)</u></u>	<u><u>(3.465)</u></u>	<u><u>16.302</u></u>

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

11. Intangível

	01/01/2018	Adições	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Custo					
Ágio (a)	4.761	-	4.761	-	4.761
Outros	6.205	9	6.214	9	6.223
Total Custo	10.966	9	10.975	9	10.984
Amortização acumulada	(5.303)	(872)	(6.175)	(29)	(6.204)
Intangível líquido	5.663	(863)	4.800	(20)	4.780

(a) Ágio registrado na antiga controladora RR Assessoria e Participação Ltda, a qual foi incorporada pela Companhia em 2010.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

12. Direito de uso - arrendamento

	31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4.038	(1.429)	2.609
	<u>4.038</u>	<u>(1.429)</u>	<u>2.609</u>

	Movimentação			
	01/01/2019	Adições	Depreciação	31/12/2019
Imóveis	2.910	1.128	(1.429)	2.609
	<u>2.910</u>	<u>1.128</u>	<u>(1.429)</u>	<u>2.609</u>

13. Fornecedores

	2019	2018
Materiais e serviços	34.656	35.731
	<u>34.656</u>	<u>35.731</u>

Os principais saldos referem-se a fornecedores de benefícios a empregados e locação de máquinas e equipamentos.

14. Empréstimos e debêntures

Tipo de operação	Taxa ao mês	Vencimento	2019	2018
Empréstimos	Até 3,50%	2020	15.996	424
Debêntures (a)	IPCA+1%	2022	20.213	5.000
Total			<u>36.209</u>	<u>5.424</u>

Circulante	19.334	424
Não circulante	16.875	5.000

- (a) Em 04 de outubro de 2018 a Companhia formalizou Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$20.000, sendo a subscrição e integralização realizadas em 21 de dezembro de 2018, no valor de R\$5.000, e 24 de maio de 2019 no valor de R\$15.000.

As debêntures contemplam a obrigação da manutenção de índices financeiros ("covenants") de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado não é automático, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário o descumprimento para que este, por sua vez, convoque uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das debêntures.

O índice previsto na escritura das debêntures para o exercício de 2019 foi o seguinte:

Índices	Ratio	Realizado
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,00	-4,59

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Em Assembleia de Debenturistas realizada em 15 de junho de 2020 foi aprovada a dispensa ("waiver") de observância do índice para o exercício de 2019.

As garantias previstas na escritura correspondem a direitos creditórios de contratos com clientes.

15. Pessoal e encargos sociais a pagar

	2019	2018
Salários e proventos a pagar	13.317	10.546
Encargos trabalhistas e retenções a recolher	11.124	16.571
Provisões de férias	12.463	15.516
	<u>36.904</u>	<u>42.633</u>

16. Tributos e parcelamentos a pagar

	2019	2018
Tributos sobre faturamento (Nota 3.h)	32.005	36.213
Tributos sobre lucro	-	3.313
Tributos retidos de terceiros	1.814	1.629
Parcelamentos de impostos	23.622	20.576
	<u>57.441</u>	<u>61.731</u>
Circulante	41.130	44.412
Não circulante	16.311	17.319

A Administração entende que suas provisões para passivos tributários são adequadas para todos os anos fiscais em aberto com base na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações da legislação fiscal e o histórico de períodos anteriores.

Os parcelamentos de impostos foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nºs 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), 11.941/2009 (REFIS), 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

17. Arrendamentos

	<u>31/12/2019</u>
Passivo de arrendamento	2.878
Ajuste ao valor presente	(199)
	<u>2.679</u>
Circulante	2.416
Não circulante	263
	<u>2.679</u>

	<u>Movimentação</u>				<u>31/12/2019</u>
	<u>01/01/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros</u>	
Passivo de arrendamento	2.910	1.128	(1.583)	223	2.678
	<u>2.910</u>	<u>1.128</u>	<u>(1.583)</u>	<u>223</u>	<u>2.678</u>

Cronograma de pagamentos do passivo de arrendamento:

	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>
2020		2610
2021		268
Ajuste ao valor presente		(199)
		<u>2.679</u>

18. Contingências e depósitos judiciais

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingência em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, as quais são compostas basicamente por reclamações de natureza trabalhista. A Companhia constitui provisão para as causas com risco provável de perda conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	3.405	2.005
	<u>3.405</u>	<u>2.005</u>

Existem outros processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível no montante de R\$ 7.740 e R\$ 9.649 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Os depósitos judiciais reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 pelo montante de R\$ 3.184 (R\$ 1.862 em 31 de dezembro de 2018) são representados em sua totalidade por causas de natureza trabalhista e se encontram depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$58.000.000, composto por 58.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações da Companhia são de propriedade da acionista ETS Participações e Investimentos S.A.

19.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social

19.3. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita operacional Líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Receita de serviços	341.295	385.209
Deduções da receita bruta		
Tributos sobre receita bruta	(57.573)	(65.384)
Deduções e abatimentos	(2.982)	(10.219)
	<u>(60.555)</u>	<u>(75.603)</u>
Receita operacional líquida	<u>280.740</u>	<u>309.606</u>

21. Custos dos serviços prestados

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(203.707)	(204.715)
Materiais	(17.746)	(17.970)
Serviços de terceiros	(24.940)	(25.540)
Custos com veículos	(16.415)	(12.967)
Depreciação e amortização	(4.697)	(15.789)
	<u>(267.505)</u>	<u>(276.981)</u>

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(11.036)	(8.794)
Materiais	(393)	(272)
Despesas administrativas (a)	(10.071)	(8.846)
Despesas com veículos	(327)	(180)
Depreciação e amortização	(316)	(364)
Outras despesas	(2.102)	(26)
	<u>(24.245)</u>	<u>(18.482)</u>

(a) Estão contempladas nesta rubrica despesas pertinentes a aluguel predial, serviços de terceiros, viagens e representações e demais serviços de apoio como segurança, manutenção e informática.

23. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras	13.014	2.449
Atualização financeira de créditos fiscais	12.987	2.381
Outras receitas financeiras	27	68
Despesas financeiras	(25.514)	(15.988)
Encargos de dívidas	(14.605)	(9.140)
Encargos sobre obrigações fiscais	(8.712)	(5.418)
Juros de mora	(1.880)	(1.309)
Outras despesas financeiras	(317)	(121)
Resultado financeiro	<u>(12.500)</u>	<u>(13.539)</u>

24. Lucro líquido (prejuízo) por ação

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído se baseia na média ponderada de 58.000.000 de ações ordinárias para os exercícios de 2019 e 2018 pois não houve modificação do capital social da Companhia:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Básico	(0,22)	(0,05)
Diluído	(0,22)	(0,05)

25. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros está fundamentada em estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	2019 Custo amortizado	2018 Custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3.010	5.952
Contas a receber	49.708	40.480
Garantias contratuais	16.164	21.447
Créditos com partes relacionadas	104.318	122.210
Passivos		
Fornecedores	34.656	35.731
Empréstimos e financiamentos	36.209	5.424
Parcelamento de impostos	23.622	20.576
Débitos com partes relacionadas	16.817	63.546

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle do qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, em especial os recebíveis da Companhia com clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que parte significativa dos recebíveis da Companhia está concentrada em empresas de sociedade de economia mista e em setores de infraestrutura com alta liquidez, bem como e que estas não apresentam histórico de perdas, que são em sua totalidade de curto prazo, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar sua proposta financeira e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e referências bancárias.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob as condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. Além disso, a Companhia mantém contratos para obtenção de linhas de crédito.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, possam afetar os resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os resultados da Companhia são influenciados pelas oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. O quadro a seguir apresenta uma projeção dos efeitos da variação das taxas de juros sobre os parcelamentos de impostos existentes em 31 de dezembro de 2019 considerando diversos cenários:

Análise de sensibilidade

Taxa - SELIC	Cenário provável	Cenário I Adverso possível 25%	Cenário II Adverso extremo 50%
Taxa em 31 de dezembro de 2019	4,50%	-	-
Parcelamentos de impostos em 31 de dezembro de 2019	23.622	-	-
Taxa anual estimada final 2020	2,50%	3,13%	3,75%
Efeito no resultado antes do imposto de renda	472	325	177

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

Riscos operacionais

A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia é realizada pelos gestores de cada uma das unidades de negócios que avaliam os riscos atrelados às operações, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início das operações da Companhia. As ferramentas e técnicas utilizadas neste processo incluem reuniões, entrevistas, avaliação do desempenho econômico e financeiro dos contratos, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras.

26. Eventos Subsequentes

Coronavírus Outbreak

Na segunda quinzena de março/20 iniciou-se uma repercussão na atividade econômica brasileira em decorrência das medidas para contenção da disseminação da pandemia/COVID-19. Neste contexto, as operações da Companhia foram afetadas pontualmente devido às medidas de isolamento social que geraram maiores restrições à nossa logística operacional, gerando redução de operações ou reprogramação de projetos que estavam em fase de implantação.

É importante destacar que, com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020 e entendimentos das esferas Estaduais e Municipais, nossas operações foram consideradas serviços essenciais. Tal fato gerou a estabilidade necessária para que a parte principal de nossas atividades fosse mantida, o que nos permitiu continuar e intensificar nossos serviços e suporte operacional aos nossos clientes.

Os ajustes à nova realidade foram pontuais e concentrados na reprogramação de serviços que estavam em fase inicial de implantação e foram postergados para o 3º e 4º trimestres deste ano.

Adicionalmente, as despesas de pessoal da Companhia foram ajustadas de forma a refletir as novas condições operacionais decorrentes da pandemia, tais como reduções de jornada de trabalho, suspensão (layoff) de contratos, liberação de pessoas em grupos de risco dentre outros.

A Companhia mantém um acompanhamento diário de suas operações e vem adotando todas as medidas e protocolos necessários para preservar a integridade e a saúde dos seus colaboradores e reforça seu compromisso de apoiar a sociedade brasileira por meio de suas atividades essenciais, tendo certo que este momento de desafio será superado.